

A formação militar e a incorporação feminina: as dificuldades na ocupação de novos espaços.

Maria Cecília de Oliveira Adão¹

Consideramos que o processo educacional pelo qual passa um indivíduo para se tornar um oficial militar utiliza muitas das características valorizadas na socialização masculina, tais como a força, o exercício da liderança e a capacidade de domínio. Portanto, analisaremos como se realiza esta formação e quais são as características específicas e gerais valorizadas dentro deste procedimento.

Ao longo de toda sua carreira, um oficial militar é estimulado a adquirir e internalizar valores que são tidos como essenciais para a formação, dignificação e distinção de um membro das Forças Armadas. Dentre estes valores está o respeito pelos princípios da disciplina e hierarquia, tidos como os valores constitutivos ou que sustentam a existência das Forças Armadas².

Durante sua formação, o militar passa por um processo de socialização que podemos considerar constante e que o leva a diferenciar-se dos outros membros da sociedade. Este processo não cessa no momento de sua saída das academias militares, embora tenha nelas seu período de maior intensidade³. Quanto ao seu início, dá-se no momento em que, tornando-se membro constituinte dos quadros de uma academia militar, o aluno passa a pertencer a uma instituição total, nos moldes determinados por Erving Goffman⁴, e que, dentre outras características, tem no respeito às normas estabelecidas de relacionamento entre os controlados e os dirigentes – aspirantes e oficiais – um dos fatores que garantem a continuidade da existência da própria

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista, Unesp/Franca.

² Segundo Oliveiros Ferreira “a hierarquia e a disciplina – que se transformaram num segundo hábito pelo treinamento e são o cimento da estrutura militar – permitem a cada um que entra em ação saber que a obediência às ordens é a condição para que” esta seja bem sucedida. FERREIRA, Oliveiros. *Vida e morte do partido fardado*. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2000, p.24.

³ Em seus trabalhos, Celso Castro e Emília Emi Takahashi descrevem este período como uma abrupta e intensa ruptura com os padrões da vida civil, aos quais os alunos estavam acostumados. Nos relatos utilizados nos dois trabalhos, a adaptação é tida como uma oportunidade usada, pelos oficiais e auxiliares que comandam os exercícios e treinamentos, para pressionar ao extremo, tanto físicas como psicologicamente, os aspirantes. O objetivo é selecionar aqueles que são capazes de se adaptar à dura e exaustiva vida na academia e “homogeneizar” os alunos, ou seja, ensinar a todos a doutrina e os exercícios militares exigidos, como a “ordem unida”. CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p.19. TAKAHASHI, Emília Emi. *Homens e mulheres em campo: um estudo sobre a formação da identidade militar*. Tese, Unicamp, 2002, p.161.

⁴ “Um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada.” GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2003, p.15 e 19.

instituição. Referimo-nos aqui ao requisito da observância e obediência aos princípios da disciplina e da hierarquia. Sua desconsideração pode levar, em última instância, a “um desrespeito ao que estatuem leis e regulamentos militares, mas também se alterar o quadro mental, o espírito que norteia e que, em geral, é tido como típico das Forças Armadas”⁵.

Para a formação do quadro mental acima citado, que os distinguisse enquanto militares, os alunos das academias militares são estimulados desde o primeiro momento a formar ou adquirir o que se convencionou chamar “espírito de corpo”, um sentimento de companheirismo e solidariedade que deve acompanhá-los e ampará-los não só durante a estadia na academia, mas por toda a carreira militar e que com o tempo, se traduz em apego e zelo por toda a instituição. Este tipo de sentimento é bastante valorizado porque ajuda o aluno a suportar e vencer os períodos iniciais, principalmente o de adaptação. Neste momento, são comuns os sentimentos de desamparo, pela distância e afastamento da vida familiar cotidiana e de apreensão quanto ao desempenho e permanência na academia, que podem ser minorados pelo apoio mútuo entre os alunos. Segue exemplo:

“No EIBM (Estágio de Instrução Básica Militar da Academia da Força Aérea) tem muito espírito de corpo, por exemplo, num corretivo, acho que foi o (...), não achava o tênis no quarto e todo mundo do quarto ficou ajudando ele a procurar, aí quando a gente desceu, o cadete do 4º perguntou o que tinha acontecido e antes da gente começar a pagar, ele perguntou prá turma quem mais era do nosso quarto, aí todo mundo se levantou e só tinha a gente do quarto! Isso marcou. (Cad. Av.)”⁶

O processo de socialização dos cadetes⁷ também envolve a aquisição de outros valores morais que deverão nortear suas ações não só ao longo de sua carreira, mas ao longo de sua vida, enquanto forem considerados militares, mesmo não estando mais no serviço ativo. Oliveiros Ferreira considera que a busca destes valores é orientada pela “idéia predominante” de honra, que deve acompanhar o militar e promover condutas que o levem a ser considerado digno do oficialato e da defesa da

⁵ FERREIRA, Oliveiros. *Op. cit.*, p.21. O autor refere-se aqui à problemática em torno dos conceitos de “responsabilidade individual” e “obediência devida”.

⁶ TAKAHASHI, Emilia Emi. *Op. cit.*, p.164. Grifo do autor.

⁷ Os alunos são oficialmente considerados cadetes após a matrícula, que ocorre ao término do período de adaptação.

Pátria⁸. Em consonância, Celso Castro lista uma série de atributos que, em sua pesquisa, aparecem como sendo valorizados pelos cadetes e que, nesta perspectiva, são por nós considerados complementares e necessários para o exercício da conduta honrosa defendida por Ferreira. Dentre eles, podemos citar: seriedade, profissionalismo, competência, maturidade, disciplina e ordem⁹.

É interessante notar, como nos chama a atenção Oliveiros Ferreira, que estes valores devem resultar em “conduta moral e profissional irrepreensíveis”, conforme estabelece o Estatuto dos Militares em seu Título II, Capítulo I, Seção II, que versa sobre os deveres militares relacionados à ética. São, portanto, valores cuja busca é incentivada e que devem resultar em ações e atitudes regulamentadas por estatutos de aplicação interna à corporação.

Faz-se necessário frisar que à medida que estes valores são internalizados pelos cadetes e passam a orientar suas ações tem início um processo de diferenciação e afastamento do militar do mundo civil. Os valores acima citados começam a ser percebidos pelos futuros militares como opostos às características comumente observadas nos meios civis. Aos civis corresponderiam: falta de seriedade, de profissionalismo, de competência, imaturidade, indisciplina e desordem¹⁰. Desta diferenciação deriva a distinção claramente perceptível na caserna entre nós/militares e eles/civis. Nesta relação os militares aparecem “classificados” em melhores postos, quer dizer, são considerados detentores de melhores condições morais que os civis. De acordo com Castro, outros atributos morais percebidos pelos cadetes “reforçam e ampliam aquela fronteira (entre nós/militares e eles/civis): o senso de honestidade e “retidão” de caráter; a preocupação com causas “nobres e elevadas – Pátria, Brasil (...); o “espírito de renúncia” e o desapego a bens materiais; o respeito à ordem, à disciplina e à hierarquia”¹¹.

Para Ferreira, esta distinção acontece porque os civis se orientam e estão submetidos apenas às leis nacionais, que regulam o que é legalmente aceito. Ao contrário, os militares se orientariam não só pelas leis nacionais, mas também, por normas próprias – como, por exemplo, o Estatuto dos Militares, anteriormente citado –

⁸ Em última instância, de acordo com Oliveiros Ferreira, o sentimento de honra deve criar no militar uma “ligação patética”, emocional, que comove a alma, com a Pátria e a sua defesa. Para esta pesquisa, no entanto, interessa determinar quais são as características, valores e atitudes que o militar adquire em seu processo de socialização e utiliza para se relacionar com o meio civil. FERREIRA, Oliveiros. *Op. Cit.*, p.26.

⁹ CASTRO, Celso. *Op. cit.*, p.44.

¹⁰ Idem, p.44.

¹¹ Ibidem.

aplicáveis apenas aos membros da instituição, que regulam não o que é legal, mas o que é moralmente aceitável. Resulta desta distinção que, em termos comparativos, os militares estariam moralmente em melhor posição – não compreendendo como, no mundo civil, por vezes, o imoral pode ser considerado legal¹².

No Brasil, as mulheres passaram a ter acesso direto à instituição militar a partir da década de 80. Em 1980 foi criado o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha, que formava pessoal para exercer atividades técnicas e administrativas. Em 1998 foi extinto o Corpo Auxiliar Feminino e foi permitido que mulheres participassem em missões nos navios hidrográficos, oceanográficos e de guerra. Em 1982 ingressou a primeira turma de mulheres na Força Aérea Brasileira (FAB), sendo graduadas como 2º Tenentes, 3º Sargentos e Cabos. Em 1996 ingressou a primeira turma de cadetes femininos na Academia da Força Aérea (AFA – Pirassununga/SP), na Intendência e em 1998, a primeira turma na Aviação. Assim, em 1999 formou-se a primeira turma de oficiais militares femininas graduadas em uma academia militar brasileira. No Exército, apenas em 1992 ingressou a primeira turma com 49 mulheres na Escola de Administração do Exército (EsAex – Salvador/BA), para a formação de oficiais de carreira. Nas três Forças, as mulheres podem servir voluntariamente em diversas áreas, como médicas, enfermeiras, dentistas, farmacêuticas, veterinárias, professoras, engenheiras, advogadas, jornalistas, arquitetas, dentre outras profissões¹³.

É interessante notar que, nos casos em que as escolas militares passaram a aceitar a participação feminina, houve, pelo menos, em um primeiro momento, um estranhamento e um desconforto na convivência entre homens e mulheres. Utilizando os estereótipos de gênero aceitos na sociedade¹⁴, dentro da academia, havia a percepção, por parte dos cadetes, de que as mulheres estavam ocupando um espaço que não lhes

¹² FERREIRA, Oliveiros. *Op. cit.*, p.32.

¹³ D' ARAÚJO, Maria Celina. "Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil" In: CASTRO, C. IZECKSOHN, V. KRAAY, H. (orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.447.

¹⁴ Utilizamos aqui gênero como "a soma das características psicossociais consideradas apropriadas para cada grupo sexual" e estereótipo de gênero como "a percepção da tipicidade do traço segundo o sexo". D'AMORIM, Maria Alice. "Cognição social, estereótipo de gênero e sexismo". *Revista Ciências Sociais*. Rio de Janeiro. v.02, n.02, dez/1996, p.160. A autora considera que existe uma permanência do estereótipo de gênero ao longo das décadas, mas que, no entanto, no mesmo período, houve uma flexibilização constante quanto à *atitude*, sendo que esta é definida como o que se considera desejável como característica para cada sexo. Acreditamos que esta flexibilização explicaria a permanência da identificação da mulher com determinados traços e papéis como a afetividade, dependência e obediência e o cuidado com o lar e a família, apesar da aceitação dos diferentes espaços que ela ocupa atualmente, incluindo aqueles que eram tidos como marcadamente masculinos.

pertencia. Acreditavam que estas não eram “naturalmente” talhadas para as atividades que estavam se propondo a cumprir e sua presença dentro das academias era vista como prejudicial¹⁵. De acordo com a pesquisa de Emília Emi Takahashi, os homens consideravam que

“elas “amolecem” o ambiente, são mais competitivas, mais difíceis de se doutrinar, não conseguem se impor quando no comando, “brincam” de fazer educação física, recebem tratamento diferenciado, são “acochambradas”, “pegam” só “boca-rica”¹⁶ e apresentam menos espírito de corpo do que os homens”¹⁷.

Para os cadetes, era necessário que as cadetes tivessem ou demonstrassem características percebidas como inerentes ao sexo masculino, caso contrário, não se saíam bem nos exercícios militares ou não poderiam atuar em postos de comando. A carência destas “qualidades” nas mulheres era utilizada como argumento para desaprovar a participação feminina. A reprovação da presença feminina pode ser percebida nas palavras de um cadete da Infantaria:

“Eu conversava muito com o pessoal do 4º ano (de um esquadrão só de homens) e todos concordavam que houve um amolecimento do militar aqui após a entrada das mulheres. Tem coisas que a gente tem que mexer com os brios do homem pra ele fazer alguma coisa, provocar situações de *stress*, forçar o indivíduo, e com a mulher diminuiu essa carga sobre o homem, essa pressão. E não é bom pra se cumprir o objetivo da Força, vamos ser práticos, numa situação real, de combate, um intendente chega pra um soldado e fala pra ele – eu quero que você faça uma “lanço” daqui até aquela cratera ali e o soldado vai ver que ali tem tiro, que é difícil; ou o aviador chega na sala de *briefing* e planeja que a missão vai ter que ser assim, assado e o guerreiro vê que naquelas situações ele vai estar correndo muito risco de vida. Então existem coisas que o mais antigo diz pro mais moderno pra mexer com os brios dele pra ele fazer aquilo... Com a presença da mulher, ela não vai poder fazer a mesma coisa que eu posso fazer, e ela vai ter os mesmos

¹⁵ Utilizaremos aqui o caso da Academia da Força Aérea, que como dito acima, a partir de 1996 passou a aceitar mulheres para a composição do quadro da Intendência e em 1998 iniciou a formação de oficiais aviadoras. O início da formação de oficiais intendentess está relatado no estudo realizado pela Profa. Emília Emi Takahashi, anteriormente citado nesta pesquisa.

¹⁶ Acochambrar: verbo utilizado quando alguém faz vista grossa a um comportamento inadequado, utiliza-se também acochambrado/a para se referir a alguém que faz corpo mole nas atividades.

Pegar boca-rica: participar em eventos comemorativos fora da academia, tais como festas e jantares. TAKAHASHI, Emília Emi. *Op. cit.*, p.108.

¹⁷ Idem, p.196.

méritos que eu? Existem muitas coisas físicas que a mulher não dá para fazer...”¹⁸

Percebemos aqui a contraposição das características tidas como femininas e masculinas dentro dos estereótipos de gênero vigentes. As mulheres são identificadas com amolecimento e incapacidade física, os homens com pressão e potência. Esta oposição justificaria o fato dos homens ocuparem as posições de comando, para as quais estariam “naturalmente” preparados. Os postos que necessitassem de orientação e obediência deveriam ser ocupados pelas cadetes que, por sua fragilidade e debilidade, estariam melhor colocadas neles.

Percebe-se, então, que a mulher aparece como menos apta. Em posição de comando ela aparece como exercendo menos pressão, incapaz de mexer com “os brios” de seus comandados, especialmente se estes forem homens. Outro cadete infante confirma esta posição: “Em termos de liderança, a mudança não foi tão positiva, porque o pessoal não gosta de abaixar a cabeça pra mulher, só que em termos de trabalho aqui dentro, as mulheres são mais caprichosas”. Apesar de “caprichosa” em seus estudos e trabalhos, as cadetes são vistas como pouco capacitadas para as posições de comando e por isso mesmo, a obediência a elas não seria legítima. Esta situação pode ser vista pelos homens como uma inapropriada inversão de papéis, que os deixaria pouco confortáveis. Acreditamos assim que, as ordens femininas, ainda que possam ferir a concepção de papéis sexuais dos cadetes, são efetivamente acatadas, pois estão inseridas num contexto maior do respeito aos princípios da hierarquia e disciplina anteriormente citados.

Neste sentido, no que se refere à instituição, é importante destacar que quando incorporadas, as mulheres passaram a integrar os quadros administrativos e mesmo quando se tornaram parte dos quadros permanentes, ficaram limitadas ao exercício de atividades não ligadas diretamente ao combate – por isso, de menor prestígio – o que não lhes permitia acesso aos postos de comando. Ficavam impedidas de alcançar os níveis mais altos da carreira militar e dessa maneira, permaneciam limitadas a postos nos quais detinham uma condição de dependência em relação aos seus superiores.

Acreditamos que para explicar a incorporação feminina, durante a década de 80, convergiriam alguns fatores. Um deles seria o desprestígio desfrutado pelos

¹⁸ TAKAHASHI, Emilia Emi. *Op. cit.*, p.197.

militares diante das elites sociais brasileiras naquele momento. Tanto a questão salarial – em um momento de crise econômica -, quanto a repercussão negativa das questões relacionadas à repressão política durante as décadas de 60 e 70, levaram os homens pertencentes a estas elites a priorizarem outras carreiras, que não a militar. Outra questão seria a necessidade de adequação, por parte das Forças Armadas, aos anseios da sociedade pela ampliação dos direitos civis, incluindo aí a concessão de igualdade de oportunidades para homens e mulheres. Assim, incorporação feminina seria tanto uma forma de compensar o desinteresse masculino pela profissão, quanto uma maneira da instituição adequar-se às novas exigências sociais¹⁹.

Acreditamos que o processo brasileiro de incorporação feminina às Forças Armadas foi permeado por estereótipos de gênero. Mesmo ocupando as mesmas posições que os oficiais do sexo masculino e concorrendo às promoções em condições iguais, estas mulheres permaneciam em postos com características de dependência, afastadas dos postos combatentes, que dão acesso ao oficialato superior. Em comparação, na segunda metade da década de 60, com o milagre econômico e a crescente demanda por mão-de-obra para a ocupação das vagas recém criadas na indústria e na prestação de serviços, as colocações para as quais as mulheres eram orientadas eram os chamados “cargos de mulher”, ou seja, aqueles que exigiam apenas qualidades medianas para serem exercidos ou que pressupunham uma situação de dependência para os profissionais que os ocupavam²⁰. Assim, para completar seus quadros, o mercado abria às mulheres aquelas posições que não despertavam tanto interesse nos homens, seja pela remuneração ou pela posição social delas advindas. Da mesma maneira, elas passariam a integrar as Forças Armadas, para compensar a ausência masculina, porém afastadas dos altos postos da hierarquia militar. Deste modo, seriam atendidos os anseios sociais pela ocupação, por parte das mulheres, de um novo espaço, até então exclusivamente masculino, mas continuariam a ser praticados os estereótipos sexuais tradicionais, que ditam a obediência e não o comando como tarefa feminina.

Portanto, consideramos que o processo de formação militar leva os membros de suas instituições a se afirmarem como diferentes e, em determinada medida, superiores aos civis. Além do mais, este processo, que visa formar soldados,

¹⁹ MATHIAS, Suzeley Kalil. *As mulheres chegam aos quartéis*. Mimeo, 2005. p.03

²⁰ RABELLO, Ricardo da Costa. “Aspectos sócio-econômicos da profissionalização da mulher”. *Cadernos: CERU*. São Paulo. n.06, jun/1973, p.22.

tende a valorizar atitudes e características tidas como próprias do sexo masculino, como a iniciativa, a liderança e a capacidade de domínio. Desta forma, a presença da mulher no meio militar, pelo menos em princípio, far-se-ia acompanhar de certo desconforto. Estaria ela adentrando um mundo preponderantemente viril que, na opinião de alguns, pelo menos na esfera do combate, deveria estar vetado à participação feminina²¹.

Bibliografia:

- CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- D'AMORIM, Maria Alice. "Cognição social, estereótipo de gênero e sexismo". *Revista Ciências Sociais*. Rio de Janeiro. v.02, n.02, dez/1996.
- D' ARAÚJO, Maria Celina. "Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil" In: CASTRO, C. IZECKSOHN, V. KRAAY, H. (orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- FERREIRA, Oliveiros. *Vida e morte do partido fardado*. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2000.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- MADEIRA, Felícia, SINGER, Paul I. "Estrutura do emprego e do trabalho feminino no Brasil – 1920-1970". *Cadernos CEBRAP*. São Paulo. v.13, 1973
- MATHIAS, Suzeley Kalil. *As mulheres chegam aos quartéis*. Mimeo, 2005.
- RABELLO, Ricardo da Costa. "Aspectos sócio-econômicos da profissionalização da mulher". *Cadernos: CERU*. São Paulo. n.06, jun/1973.
- TAKAHASHI, Emília Emi. *Homens e mulheres em campo: um estudo sobre a formação da identidade militar*. Tese, Unicamp, 2002.

²¹ Acreditamos que esta é uma crença difícil de ser alterada, subsistindo ainda no meio militar. A incorporação feminina às armas combatentes tem sido alvo de freqüentes debates em diversos países, não só no Brasil. No entanto, percebemos que nos anos transcorridos desde que as primeiras mulheres foram incorporadas aos quadros das Forças Armadas Brasileiras, a convivência entre os gêneros tem se tornado menos conflituosa. cremos que atualmente, os alunos de ambos os sexos tendem a orientar-se mais por uma postura de cooperação do que de exclusão. Esta tendência foi observada durante o II Congresso das Agulhas Negras, realizado em outubro de 2005. Notamos que cadetes das três Forças, principalmente os pertencentes à AFA, cooperavam entre si e não havia entre eles divergências baseadas em critérios de gênero.